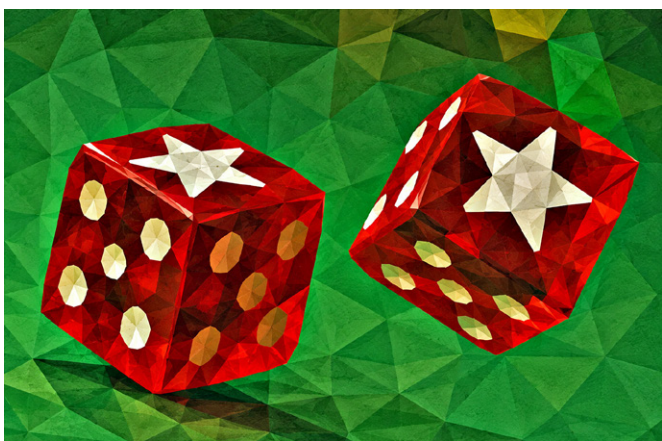


## NAS ENTRELINHAS

Por Carlos Alexandre de Souza

carlosalexandre.df@dabr.com.br



## Os efeitos do novo tarifaço nas eleições

O novo desgaste diplomático entre Brasil e Estados Unidos tem o agravante de estar contaminado pela corrida eleitoral. Inevitavelmente, as negociações entre o Palácio do Planalto e a Casa Branca sofrerão interferência do acirramento da disputa entre o presidente Lula e seu adversário Flávio Bolsonaro. O possível aumento de 25% nas tarifas comerciais contra produtos brasileiros significará mais trabalho para a diplomacia brasileira, mas, eventualmente, pode resultar em dividendos para Lula na batalha das urnas, ao acender a centelha nacionalista. Para o senador, recém-chegado de uma visita aos Estados Unidos, há dúvidas se esse novo capítulo representará alguma vantagem.

Desde o ano passado, o Brasil tenta reverter os efeitos do primeiro tarifaço imposto pelo governo Trump. No encontro presidencial ocorrido no início de maio, em Washington, Lula afirmou que havia combinado com o republicano um prazo de 30 dias para os dois países aparem as arestas comerciais. O prazo terminaria nesta primeira semana de junho, mas o governo Trump se antecipou. E, mais uma vez, frustrou as expectativas quanto a uma aproximação entre Brasília e Washington.

Se as recomendações do escritório de comércio norte-americano se confirmarem, o governo brasileiro entrará no período eleitoral com a tarefa de reverter a ofensiva tarifária. É provável que a resolução do impasse exija um novo encontro entre Lula e Trump. O próprio presidente brasileiro deixou claro, ontem, que pretende manter um canal direto com seu colega na Casa Branca, de modo a evitar a interferência de outros expoentes do governo norte-americano, como o secretário de Estado, Marco Rubio. Também será preciso repetir a estratégia que reverteu os efeitos do tarifaço de 2025, afastando a influência do clã Bolsonaro da cúpula da Casa Branca. Na ótica do governo brasileiro, como assinalado na nota oficial de ontem, a investida trumpista tem clara ingerência da família do ex-presidente.

Para a administração petista, a crise tarifária vem se somar ao embaraço da semana passada, relativo à segurança pública. A decisão dos EUA de classificar o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como facções terroristas, reacendeu o debate sobre o enfrentamento ao crime organizado no Brasil. Nesse tema, a polarização ficou evidente. Enquanto o governo Lula ressaltou as operações contra as atividades ilícitas das facções, a exemplo da Operação Carbono Oculto, Flávio e outros pré-candidatos de direita insistiram em afirmar que há terrorismo, sim, no Brasil e outras alegações bizarras, como a de que Lula faria "lobby" para os criminosos.

No caso do tarifaço, a queda de braço que se anuncia entre o Brasil e os EUA pode beneficiar o petista. Basta lembrar o que aconteceu em 2025. No ano passado, o tarifaço praticamente formou uma unanimidade nacional em defesa do Pix e das exportações brasileiras. Meses depois, revelou o profissionalismo da diplomacia brasileira e a habilidade do vice-presidente e então ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin. É razoável supor que esses atores retomarão o diálogo com os interlocutores norte-americanos para neutralizar as recomendações do Escritório de Comércio dos Estados Unidos (USTR).

No caso de Flávio, há um receio de que a estratégia de recorrer novamente ao governo Trump produza um efeito contrário. Não é por outra razão que o senador se apressou, ontem mesmo, em apresentar uma carta enviada ao secretário Marco Rubio com um apelo para que os Estados Unidos não punam as empresas brasileiras. Esse pedido será inútil para o parlamentar de oposição, pois as decisões do governo norte-americano, para o bem ou para o mal, serão repercutidas, em primeiro lugar, pelo governo brasileiro. E Lula já deu o tom: qualquer fracasso na relação entre Brasil e EUA será creditado à família Bolsonaro. Não será tarefa fácil mudar essa percepção no eleitorado. As próximas pesquisas de intenção de voto podem indicar algo nesse sentido.

Faltam quatro meses para a eleição. Nesse momento decisivo, o eleitor percebe dois movimentos muito claros. De um lado, o pré-candidato à reeleição procura mostrar as conquistas de sua administração e passar a ideia de continuidade e progresso. Do outro, a oposição radicaliza o discurso e tenta ações de impacto, com potencial de causar danos eleitorais ao governo. Em meio a esse cenário conturbado, o governo de Donald Trump é um fator desestabilizador. Se os EUA escolherem um lado na eleição, a disputa ficará ainda mais imprevisível.

## PODER

# Economia domina o debate no 3º dia do Fórum de Lisboa

Brasil estará no centro das discussões, sobretudo depois da nova ameaça do governo norte-americano de impor uma taxa de 25% a parte das exportações

» ANA MARIA CAMPOS  
Enviada especial

**L**isboa — A 14ª edição do Fórum de Lisboa se encerra hoje com uma intensa programação voltada a debates sobre o mercado financeiro. Um dos painéis mais esperados é o que vai tratar do tema *Rumos da economia brasileira: reflexões internacionais*, com a presença confirmada do presidente do Banco Central, Gabriel Galpelo.

Também participam da mesa a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, e o ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa, que hoje é diretor de Planejamento e Relações Institucionais do BNDES, o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, e o diretor senior de Políticas Públicas do Nubank e CEO da Zetia, Eduardo Lopes.

O debate ganha importância diante do momento atual em que os Estados Unidos propõem uma nova política de tarifaço contra o Brasil.

Na sequência, os participantes do chamado Gilmarpaloosa poderão acompanhar o *keynote speech* (debate principal) com a presença do Prêmio Nobel de Economia em 2025, Joel Mokyr, que é professor da Northwestern University, localizada no estado de Illinois, nos Estados Unidos.

Mokyr tem trabalho focado na compreensão sobre como a tecnologia, o conhecimento e a inovação impulsionam o crescimento sustentado das sociedades. Ele vai apresentar uma palestra ao lado do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), anfitrião do evento, e da diretora-presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras do Brasil (FIN), Cristiane de Oliveira Coelho Galvão, que é professora do IDP.

A presença de Joel Mokyr marca uma edição do Fórum de Lisboa em que personalidades internacionais são o destaque. Neste ano, com o tema *Nova ordem internacional: tecnologia e soberania, desafios democráticos, econômicos e sociais*, o evento reuniu, na Faculdade de Direito de

Ana Maria Campos/CB/D.A. Press



André Esteves, Friedman e Gilmar Mendes: jornalista traçou um futuro sombrio para a humanidade



**O Facebook não está no negócio de notícias. O Twitter (hoje X) não está no negócio de notícias. O modelo de negócio deles não é te informar, é te provocar"**

Thomas Friedman, jornalista

Lisboa, figuras de projeção em mais de 10 países.

### Inteligência artificial

No segundo dia da programação ontem, a estrela foi o premiado jornalista Thomas Friedman, colunista de assuntos internacionais

do *The New York Times*, que falou sobre os desafios da humanidade pelo avanço da inteligência artificial (IA). Ele respondeu perguntas do chairman do BTG, André Esteves, com a participação do ministro Gilmar Mendes.

Friedman traçou um futuro sombrio em que a humanidade será dominada pela máquina. Ou seja, as pessoas serão totalmente submetidas à IA num futuro próximo.

O jornalista vencedor de três prêmios Pulitzer se referiu a três fases da evolução humana: a do gelo, a líquida e a do vapor, que estamos vivendo agora. O vapor entra em qualquer lugar, permeia todas as esferas da vida humana.

E para o autor do best-seller *O Mundo é Plano: uma Breve História do Século XXI*, a saída seria a união das duas maiores potências econômicas do planeta, Estados Unidos e China, em torno de um protocolo de ação. Friedman disse que a ideia pode parecer ingênua, mas sem uma aliança ambas as potências sofrerão as consequências. Friedman também se referiu

às redes sociais como responsáveis pela ameaça à democracia, aos moldes do que provocaram no Brasil, com uma polarização extrema. Segundo ele, as redes sociais atacam dois pilares: verdade e confiança. "O Facebook não está no negócio de notícias. O Twitter (hoje X) não está no negócio de notícias. O modelo de negócio deles não é te informar, é te provocar", afirmou.

Outro nome de destaque internacional presente no Fórum de Lisboa foi o ex-presidente da Colômbia Ivan Duque. Político de direita que governou o país entre 2018 e 2022, ele disse que já declarou publicamente seu apoio à ação do presidente Donald Trump de captura do presidente da Venezuela Nicolas Maduro.

O ex-presidente da Colômbia disse que é contra o que vinha ocorrendo no país vizinho e citou "torturas e desaparecimentos".

Também se mostrou um aliado do presidente da Argentina, de Javier Milei, ao elogiar medidas econômicas, mesmo com impacto social negativo.

## ELEIÇÕES 2026

# TSE mantém a condenação de Castro

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negou recursos e manteve, por unanimidade, a condenação do ex-governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022. A condenação o deixa inelegível até 2030.

Os ministros também rejeitaram, por 5 x 2, um pedido do Ministério Público (MP) Eleitoral que apontou contradição no julgamento em relação à cassação do mandato de Castro. Ele renunciou ao cargo às vésperas do julgamento, mas a definição sobre a cassação tem implicação direta no formato de escolha de novo governante para o mandato-tampão no estado.

Em caso de cassação determinada pela Justiça Eleitoral, a regra prevê a realização de novas eleições diretas. Já nos casos de vacância por renúncia, cabe ao estado definir o procedimento, o que abre caminho para uma eleição indireta pela Assembleia Legislativa do Estado (Alerj).

Para o vice-procurador-geral Eleitoral, Alexandre Espinosa, a maioria dos sete ministros votou pela cassação, ao contrário do que consta na decisão publicada pela Corte. Ele pediu um ajuste na ementa para declarar a cassação do diploma de forma expressa, com a consequente determinação de eleições diretas no estado.

Segundo análise dos votos feita pelo MP Eleitoral, três ministros votaram expressamente pela cassação (Isabel Gallotti, Estela Aranha e Floriano de Azevedo Marques), dois consideraram prejudicada a perda do mandato devido à renúncia, sem afastar a cassação (Cármem Lúcia e Antonio Carlos Ferreira) e apenas dois foram contrários à cassação (Kássio Nunes Marques e André Mendonça).

O relator, Villas Bôas Cueva, negou que haja contradição no julgamento. "Não se formou favorável para cassação do diploma do então governador, havendo apenas três votos nesse sentido", afirmou. Nesse ponto, ele foi acompanhado

por Mendonça, Dias Toffoli, Nunes Marques e Antonio Carlos Ferreira.

O ministro Floriano de Azevedo Marques divergiu e defendeu a perda do diploma. "Cassação do diploma é decorrência inevitável (do abuso). Reconhecido o abuso, são consequências mandatórias a inelegibilidade e a cassação do registro ou do diploma", afirmou. "Havendo abuso, a eleição é nula", destacou o ministro.

Azevedo Marques foi acompanhado pela ministra Estela Aranha. "A renúncia do mandato não tem condão de afastar consequências legais decorrentes do reconhecimento de ilícitos no âmbito eleitoral", afirmou.

ESCOLHA A  $\times + = \equiv \%$

# ESCOLA DO

$+ \times =$  SEU **FILHO** 2026

**Entre em contato com a nossa equipe comercial e garanta a presença da sua marca:**